

Eixo Temático: Inovação e Sustentabilidade

ANÁLISE DAS PUBLICAÇÕES DE SUSTENTABILIDADE DAS EMPRESAS DE CAPITAL ABERTO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, SEGMENTADAS NO NÍVEL 1 E 2 DE GOVERNANÇA CORPORATIVA, DA BM&FBOVESPA, FRENTE À RESOLUÇÃO CFC Nº 1.003/04 – NBC T15

ANALYSIS OF SUSTAINABILITY PUBLICATIONS OF OPEN-CAPITAL COMPANIES OF THE STATE OF RIO GRANDE DO SUL, SEGMENTED AT LEVEL 1 AND 2 OF CORPORATE GOVERNANCE, OF BM & FBOVESPA, AGAINST CFC RESOLUTION No. 1.003 / 04 - NBC T15

Maximiliano Ferreira Borba

RESUMO

A sustentabilidade refere-se ao método de suprir a necessidade do presente, sem comprometer as necessidades das gerações futuras. O desenvolvimento humano é estudado pela sustentabilidade dividido em três vertentes: Econômica, Social e Ambiental. A vertente econômica, evidentemente, sempre foi muito publicada em se tratando de contabilidade, mas atualmente as outras duas vertentes, Social e Ambiental, têm sido muito solicitadas por uma tendência de mercado. Dada a necessidade de uma padronização, o Conselho Federal de Contabilidade publicou a Norma Brasileira de Contabilidade - NBC T15, aprovada pela Resolução nº 1.003/04. Sendo assim, o presente estudo tem por objetivo identificar e analisar se os relatórios de sustentabilidade das empresas de capital aberto do estado do Rio Grande do Sul, segmentadas no Nível 1 e 2 de Governança Corporativa, da BM&FBOVESPA, estavam de acordo com as determinações da Resolução CFC nº 1.003/04 – NBC T15. Para atingir os objetivos da pesquisa foi estruturada a abordagem qualitativa, caracterizada como exploratória e descritiva, utilizando como método a pesquisa documental, sendo a coleta de dados feita nos relatórios de sustentabilidade disponibilizados pelas empresas. Os resultados advindos da pesquisa apontaram que das oito empresas delimitadas para análise, apenas duas estavam de acordo com as determinações da Resolução CFC nº 1.003/04 – NBC T15. No capítulo IV constatou-se que mesmo nos demonstrativos das instituições que estavam, em maior parte, de acordo com a resolução, algumas informações podem parecer omissas. Desta forma, foi desenvolvido um guia de orientação, em formato de *checklist*, para a elaboração dos Demonstrativos de Informações de Natureza Social e Ambiental, estruturado sobre a NBC T 15, a fim de diminuir os riscos de algum item deixar de ser evidenciado.

Palavras-chave: Sustentabilidade, Relatórios de Sustentabilidade, NBC T15.

ABSTRACT

Sustainability refers to the method of meeting the need of the present without compromising the needs of future generations. Human development is studied by sustainability divided into three strands: Economic, Social and Environmental. The economic aspect, of course, has always been much publicized in accounting, but currently the other two strands, Social and Environmental, have been much sought after by a market trend. Given the need for standardization, the Federal Accounting Council published the Brazilian Accounting Standard - NBC T15, approved by Resolution No. 1.003 / 04. Therefore, the present study aims to identify and analyze whether the sustainability reports of publicly traded companies in the state

of Rio Grande do Sul, segmented in Level 1 and 2 of Corporate Governance, of BM & FBOVESPA, were in accordance with the CFC Resolution No. 1.003 / 04 - NBC T15. To achieve the research objectives, the qualitative approach was structured, characterized as exploratory and descriptive, using documental research as a method, and data collection was done in the sustainability reports provided by the companies. The results of the research indicated that of the eight companies delimited for analysis, only two were in agreement with the determinations of Resolution CFC nº 1.003 / 04 - NBC T15. In chapter IV it was found that even in the statements of institutions which were largely in accordance with the resolution, some information may appear to be missing. In this way, a checklist guidance guide was developed for the elaboration of the Social and Environmental Information Demonstrations, structured on NBC T 15, in order to reduce the risks of any item not being evidenced.

Keywords: Sustainability, Sustainability Reports, NBC T15.

1 INTRODUÇÃO

O Relatório de Sustentabilidade, assim denominado pelas entidades que o publicam, trata-se de um demonstrativo não especificamente contábil, mas um demonstrativo que envolve também os fatores contábeis. Denominado também como Balanço Social, no âmbito da contabilidade, o demonstrativo ainda não tem obrigatoriedade, mas seus procedimentos já são normatizados.

Em 1º de janeiro de 2006 entrou em vigor a Resolução CFC nº 1.003/04 - NBC T15, que embora não tenha publicação obrigatória, estabelece os procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade. Desde então os Relatórios de Sustentabilidade devem apresentar os itens pela norma estabelecidos.

Atualmente tem sido de grande importância a prática da sustentabilidade, que se refere ao método de suprir a necessidade do presente, sem comprometer as necessidades das gerações futuras. O desenvolvimento humano é estudado pela sustentabilidade dividido em três vertentes: Econômica, Social e Ambiental. A vertente econômica, evidentemente, sempre foi muito publicada em se tratando de contabilidade, mas atualmente as outras duas vertentes, Social e Ambiental, têm sido muito solicitadas por uma tendência de mercado.

Assim, o presente projeto teve como finalidade identificar e analisar se os Relatórios de Sustentabilidade das empresas de capital aberto do estado do Rio Grande do Sul, segmentadas no Nível 1 e 2 de Governança Corporativa, da BM&FBOVESPA estão de acordo com as determinações da NBC T15. As empresas do segmento escolhido para a pesquisa, segundo a definição da BM&FBOVESPA, devem adotar práticas como a publicação dos Relatórios de Sustentabilidade, mesmo não sendo um demonstrativo obrigatório.

Para que fosse atingido o objetivo do estudo, o trabalho utilizou abordagem qualitativa e exploratória. A pesquisa documental foi o método de pesquisa utilizado, sendo a coleta de dados feita através dos Relatórios de Sustentabilidade disponibilizados pelas empresas estudadas.

2 OBJETIVOS

Dada a relevância do problema a ser estudado, a pesquisa consiste em um objetivo geral e quatro objetivos específicos sendo estabelecidos como fatores a serem alcançado ao final do trabalho. Segundo Marconi e Lakatos (2003), qualquer pesquisa deve ter um objetivo estabelecido para orientar-se em razão do que se procura atingir, deixando mais claro o problema de pesquisa.

2.1 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral da pesquisa é identificar e analisar se os relatórios de sustentabilidade das empresas de capital aberto do estado do Rio Grande do Sul, segmentadas no Nível 1 e 2 de Governança Corporativa, da BM&FBOVESPA, estão de acordo com as determinações da Resolução CFC nº 1.003/04 – NBC T15.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

A pesquisa tem como objetivos específicos:

- Conhecer em profundidade os pressupostos teóricos relativos ao tema Sustentabilidade e Resolução CFC nº 1.003/04 – NBC T15;
- Analisar os relatórios de sustentabilidade das empresas de capital aberto do estado do Rio Grande do Sul, segmentadas no Nível 1 e 2 de Governança Corporativa, da BM&FBOVESPA;
- Confrontar os relatórios com as determinações da Resolução CFC nº 1.003/04 – NBC T15;
- Desenvolver um Guia de Orientação para a Elaboração dos Demonstrativos de Informações de Natureza Social e Ambiental.

2.3 DEFINIÇÃO DA ORGANIZAÇÃO EMPRESARIAL

Levando em consideração os relatórios de sustentabilidade publicados, por empresas de grande porte, definiu-se como objeto desta pesquisa os demonstrativos das empresas de capital aberto do estado do Rio Grande do Sul, segmentadas no Nível 1 e 2 de Governança Corporativa, da BM&FBOVESPA.

A BM&FBOVESPA segmenta as empresas em grupos, sendo Bovespa Mais, Bovespa Mais Nível 2, Novo Mercado, Nível 1 e 2 de Governança Corporativa. As empresas segmentadas no Nível 1 e 2 de Governança Corporativa foram escolhidas para o estudo pois, segundo a entidade, elas devem adotar práticas que favoreçam a transparência e o acesso às informações pelos investidores, além de divulgarem informações adicionais às exigidas em lei.

O relatório de sustentabilidade é um demonstrativo não obrigatório utilizado por algumas das empresas do segmento escolhido, do estado do Rio Grande do Sul, tornando viável o confronto das publicações com a resolução do CFC.

2.4 JUSTIFICATIVA PARA O ESTUDO DO TEMA

O confronto dos Relatórios de Sustentabilidade frente à NBC T15 possibilita concluir se as empresas estão realmente comprometidas com a sustentabilidade e, conseqüentemente, seguindo as determinações da norma do Conselho Federal de Contabilidade.

Esta possibilidade surgiu da motivação pessoal do pesquisador, na percepção da temporalidade de quando a norma foi publicada, há 11 anos, sem que houvesse maior publicidade sobre o assunto, tampouco interesse por parte das empresas, podendo vir a contribuir neste sentido com a presente pesquisa.

Neste sentido, a contribuição deste estudo baseia-se em produzir maior publicidade da norma, no sentido de tornar mais claro as informações de natureza social e ambiental, que segundo a Resolução CFC nº 1.003/04 – NBC T15 (BRASIL, 2004), refere-se a geração e a distribuição de riqueza, aos recursos humanos, a interação da entidade com o ambiente externo e a interação com o meio ambiente. Conforme Mattos *et al.* (2011), em pesquisa realizada com

o objetivo de evidenciar os benefícios obtidos por instituições financeiras da região da Grande Vitória – ES, após a publicação do Balanço Social, que enquadra-se na definição de Relatório de Sustentabilidade, destacam-se as contribuições como transparência, valorização da imagem da empresa, captação de investidores voltados para empresas responsáveis, bem como ser um fator motivacional para os próprios empregados.

Estes benefícios foram suficientes para que, mesmo não havendo a obrigatoriedade em publicar o demonstrativo, fosse desenvolvido um Guia de Orientação para a Estruturação dos Demonstrativos de Informações de Natureza Social e Ambiental, estruturado sobre as variáveis da pesquisa, segundo a NBC T15.

Assim, estando a publicação de informações de natureza ambiental e social regulamentada pela NBC T 15, percebeu-se que era viável a realização da presente pesquisa, a partir da análise dos demonstrativos publicados frente à norma, respondendo a pergunta: Os relatórios de sustentabilidade das empresas de capital aberto do estado do Rio Grande do Sul, segmentadas no Nível 1 e 2 de Governança Corporativa, da BM&FBOVESPA, estão de acordo com as determinações da Resolução CFC nº 1.003/04 – NBC T15?

3 REVISÃO DA LITERATURA

O presente trabalho consiste em identificar e analisar se os relatórios de sustentabilidade das empresas de capital aberto do estado do Rio Grande do Sul, segmentadas no Nível 1 e 2 de Governança Corporativa, da BM&FBOVESPA, estão de acordo com as determinações da Resolução CFC nº 1.003/04 – NBC T15, assim, para fins de suporte, se faz necessário um estudo sobre os pressupostos teóricos, dada a importância do tema proposto.

3.1 SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade tornou-se um dos principais temas em evidência no mundo, visto a necessidade da mudança do modo de como interagimos com o ambiente. Não se tratando somente ao meio ambiente, mas também no âmbito de economia e sociedade, cada ação do ser humano, bem como das entidades, reflete diretamente no ambiente em que estiver inserida.

Segundo Pereira *et al.* (2015), contextualizam que a sustentabilidade trata-se da amplitude de suportar, assegurar, racionar, conservar, ter algo com o que se manter, sendo recursos utilizados em longo prazo, por tempo indeterminado, satisfazendo as necessidades presentes e a continuação da satisfação das necessidades futuras.

Quando se fala em sustentabilidade logo se pensa em meio ambiente, contudo, a sustentabilidade refere-se a qualquer coisa, seja ambiental ou não, dentro do conceito de continuar atendendo as necessidades do presente e do futuro.

Destacado em Brundtland (1991, p. 52), o pensamento do Dr. Todor I. Bozhinov, durante audiência pública do Comitê de Proteção do Meio Ambiente, da Bulgária, em Moscou, no dia 8 de dezembro de 1986:

“É quase impossível negar a importância universal dos problemas ecológicos. Para que eles tenham uma solução satisfatória, será necessária uma coordenação cada vez maior das atividades, não só na economia de cada país, mas também no âmbito da cooperação internacional. Os problemas ecológicos não têm precedentes na história da humanidade.”

Assim, a sustentabilidade não se trata apenas do meio ambiente, ela é fruto da união de três elementos, chamados de tripé da sustentabilidade, o Social que se refere a pessoas, o Ambiental que se refere ao meio ambiente e o Econômico que se refere ao dinheiro.

3.1.1 Elementos da Sustentabilidade

A sustentabilidade é dimensionada em três pilares, definida como o tripé da sustentabilidade. Contextualiza Tinoco (2010, p. 16), o termo do inglês *triple bottom line* (People, Planet e Profit) traduzido em pessoas, planeta e lucros. Mais específico nos termos Social, Ambiental e Econômico.

No âmbito social, tratam-se dos integrantes e das comunidades com as quais eles interagem, referente às condições plenas de trabalho, oportunidades de realização de planos de vida e carreira, e sobre o direito de partilhar os resultados, bem como oferecer as comunidades a contribuição necessária à superação das carências que sofrem. Quanto ao viés ambiental, a entidade deve reduzir o impacto que sua atividade, caso ocorra, no meio ambiente, além da participação contra as ameaças atuais.

Por fim, na vertente econômica, muito conhecida em se tratando de contabilidade, ainda segundo o autor, corresponde ao cumprimento dos compromissos referentes à sua produção e gerar resultados.

A sustentabilidade é essencial para a humanidade e sua prática engloba todas as suas vertentes, Social, Ambiental e Econômica. Para demonstrar a prática da sustentabilidade, a contabilidade pode utilizar os Relatórios de Sustentabilidade, que demonstram cada aspecto do tema.

3.1.2 Relatórios de Sustentabilidade

Segundo Tinoco (2010), embora não seja obrigatória a publicação dos relatórios de sustentabilidade no Brasil, outros países já aderiram à publicação obrigatória, como a França, Estados Unidos da América, Alemanha, Bélgica, Grã-Bretanha, Espanha, Portugal e Itália. A França foi o primeiro país a instituir uma lei tratando do Balanço Social, a Lei nº 77.769, de 12 de julho de 1977, chamada de “*Rapport Sudreau*”, determinando que as empresas com mais de 300 funcionários devem publicar o demonstrativo.

Contextualiza ainda o autor, que inspirado nesta lei, no Brasil, em 14 de maio de 1997, foi apresentado o Projeto de Lei 3116/1997, pela deputada federal Marta Suplicy, que cria a obrigatoriedade da publicação do Balanço Social para as empresas com 100 empregados ou mais, dentre outras providências. O projeto foi arquivado no ano de 1999 e posteriormente reapresentado pelo deputado Paulo Rocha, estando atualmente em tramitação no Congresso.

Preliminarmente, o que se percebe é que o relatório de sustentabilidade é utilizado como instrumento de *marketing* ou como uma ferramenta para redução da imagem negativa da empresa por danos causados. Segundo Lima *et al.* (2015), que elaboraram pesquisa referente a um estudo teórico-conceitual sobre o Marketing Verde e Gestão Ambiental nas Organizações, o chamado Marketing Verde agrega valor ao produto ou serviço, estando os consumidores com uma nova consciência, se tornando consumidores verdes, cada vez mais exigentes com a preocupação ambiental. Visto a necessidade dos consumidores, as empresas podem utilizar o demonstrativo de modo a iludir os interessados.

Não havendo uma obrigatoriedade, as informações evidenciadas são geralmente de cunho positivo, isso não pela excelência da entidade tampouco por não terem ocorrido fatos negativos, mas pela opção de suprimir informações que não passem uma boa imagem.

3.2 RESOLUÇÃO Nº 1.003/04 – NBCT 15

Visto a necessidade de uma padronização dos demonstrativos contábeis a cerca dos procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, o Conselho Federal de Contabilidade aprovou a Resolução nº 1.003/04, a Norma Brasileira Contabilidade

Técnica 15 (NBC T15), estabelecendo os procedimentos para evidenciação de Informações de Natureza Social e Ambiental, em 19 de agosto de 2004, com entrada em vigor em 1º de janeiro de 2006, com recomendação para adoção antecipada.

Além do atendimento a norma, devem ser observados alguns Pronunciamentos Contábeis, do CPC, conforme cada assunto, dentro da sua especificidade, de modo que estes serão observados no contexto de cada item, quando houver necessidade.

3.2.1 Conceito

A norma institui os métodos para demonstração das informações de caráter social e ambiental, tendo como objetivo evidenciar a sociedade a atuação e a compromisso social da entidade.

Essas informações são delimitadas em:

- Geração e distribuição de riqueza;
- Recursos humanos;
- Interação da entidade com o ambiente externo; e
- Interação com o meio ambiente.

Os dados e informações da Demonstração de Informações de Natureza Ambiental e Social, se elaborada, podem ou não ser extraídos da contabilidade, seguindo os procedimentos determinados pela resolução, sendo classificada como informação complementar, diferente das notas explicativas e, para fins de comparação, as informações divulgadas devem ser do exercício atual e anterior (CFC, 2004).

4 METODOLOGIA

Segundo Marconi e Lakatos (2011), o método é o conjunto de atividades que permite alcançar o objetivo com maior segurança e economia. Desta forma, o presente capítulo consiste na abordagem do delineamento proposto para pesquisa, os sujeitos pesquisados, as variáveis empregadas, as técnicas e instrumentos definidos para a coleta de dados, estabelecendo o tratamento, a análise e a interpretação destes.

4.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

A fim de atingir os objetivos da pesquisa, foi aplicada a abordagem qualitativa, pois os dados foram analisados frente à resolução do CFC. Segundo Ramos, Ramos e Busnello (2003) na pesquisa qualitativa há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, de modo que, para a interpretação do objeto são colocados significados indutivamente, por parte do pesquisador.

Quanto aos objetivos, a pesquisa apresentou natureza exploratória, também segundo Ramos, Ramos e Busnello (2003) a pesquisa exploratória tem o objetivo de proporcionar maior familiaridade com o problema para a partir disso construir hipóteses.

O método de pesquisa utilizado foi a pesquisa documental, que segundo GIL (2010), neste caso, se assemelha a levantamento, pois são elaboradas com dados disponíveis e não obtidos diretamente das pessoas.

4.2 SUJEITOS DA PESQUISA

Segundo Minayo (2012), as informações a serem observadas na pesquisa devem ser delimitadas, como local e sujeitos, neste estudo realizado nos relatórios de sustentabilidade publicados pelas empresas de capital aberto do estado do Rio Grande do Sul, segmentadas no Nível 1 e 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA.

As empresas segmentadas no Nível 1 e 2 de Governança Corporativa foram escolhidas para o estudo pois estas, segundo a definição da BM&FBOVESPA, devem adotar práticas que favoreçam a transparência e o acesso às informações pelos investidores, além de divulgarem informações adicionais às exigidas em lei, sendo os Relatórios de Sustentabilidade um demonstrativo não obrigatório utilizado por elas.

São oito empresas que se enquadram no delineamento da pesquisa, com sede no estado do Rio Grande do Sul, que publicam relatórios de sustentabilidade, segmentadas no Nível 1 e 2 de Governança Corporativa, conforme disposto no Quadro 1. Duas das empresas fazem parte do mesmo grupo e publicam o mesmo relatório, sendo então analisados sete demonstrativos.

Nível 1 de Governança Corporativa	Modelo	Ano
Banco do Estado do Rio Grande do Sul	GRI	2013
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica	GRI	2015
Companhia Estadual de Geração e Transmissão e Energia Elétrica	GRI	2015
FRAS-LE S.A. e Rondon S.A. Implementos e Participações	GRI	2012
Metalúrgica Gerdau S.A.	Próprio	Não possui
Nível 2 de Governança Corporativa	Modelo	Ano
Forjas Taurus S.A.	Próprio	2013
Marcopolo S.A.	GRI	2014

Quadro 1: Empresas

Fonte: Autor

4.3 DEFINIÇÃO DE VARIÁVEIS

As variáveis, conforme Marconi e Lakatos (2011) são definidas como uma classificação ou medida, que pode variar um conceito, aspecto, propriedade ou fator, e outros conceitos. As variáveis definidas para o estudo, dispostas no Quadro 2 são baseadas na Resolução CFC NBC T 15, de modo que tais definições foram confrontadas com os relatórios analisados.

Variável	Descrição da Variável	Categoria
Geração e Distribuição de Riqueza	A Geração e Distribuição de Riqueza deve ser apresentada conforme a DVA.	<ul style="list-style-type: none"> - Receitas; - Despesas com intermediação financeira; - Insumos adquiridos de terceiros; - Valor adicionado bruto - Depreciação, amortização e exaustão; - Valor adicionado líquido produzido pela entidade; - Valor adicionado recebido em transferência; - Valor adicionado total a distribuir; e - Distribuição do valor adicionado.
Recursos Humanos	Dados referentes a remuneração, benefícios concebidos, composição do corpo funcional e as contingências e os passivos trabalhistas da entidade.	<ul style="list-style-type: none"> - Remuneração e benefícios; - Composição dos recursos humanos; e - Ações trabalhistas movidas pelos empregados contra a entidade.

Interação da entidade com o ambiente externo	Dados sobre o relacionamento com a comunidade na qual a entidade está inserida, com os clientes e com os fornecedores, inclusive incentivos decorrentes dessa interação.	<ul style="list-style-type: none"> - Interação com a comunidade; - Interação com os clientes; e - Interação com os fornecedores.
--	--	---

Continua.

Continuação.

Interação com o meio ambiente	A entidade deve evidenciar investimentos e gastos com os processos que envolvam o meio ambiente.	<ul style="list-style-type: none"> - Manutenção de processos operacionais; - Preservação ou recuperação; - Educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores; - Educação ambiental para a comunidade; - Projetos ambientais; - Processos ambientais, administrativos e judiciais; - Multas e indenizações; e - Passivos e contingências ambientais.
-------------------------------	--	--

Quadro 2: Variáveis

Fonte: Resolução CFC nº 1.003, de 19 de agosto de 2004

As variáveis da pesquisa consistem na base do trabalho. Neste estudo foram delimitadas essencialmente nas definições da NBC T 15, possibilitando que os demonstrativos das empresas delimitadas para a pesquisa fossem confrontados com a norma.

4.4 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Para realização deste trabalho, a coleta de dados da pesquisa foi realizada através de pesquisa documental, que, segundo GIL (2010), recomenda-se que seja considerada fonte documental quando o material consultado é interno à organização. No Quadro 3 está disposto o instrumento e a técnica que será utilizada.

Instrumentos de coleta de dados	Técnicas de coleta de dados
Pesquisa documental	Análise dos demonstrativos contábeis: relatórios de sustentabilidade.

Quadro 3: Instrumentos e técnicas de coleta de dados

Fonte: Pesquisa

A pesquisa documental consiste na análise dos Relatórios de Sustentabilidade das empresas delimitadas, sendo elas empresas de capital aberto, que são mais visíveis em relação as suas práticas, tanto para seus investidores, principalmente, mas também para qualquer público. Os demonstrativos foram retirados do endereço eletrônico de cada empresa, disponibilizados na listagem da BM&FBOVESPA, sendo então, um a um, confrontado com a NBC T 15.

Os dados foram extraídos dos endereços eletrônicos institucionais de cada uma das empresas, tanto os demonstrativos como as demais informações, estando estas à disposição de qualquer interessado, seja cliente, fornecedor, funcionários, governo, etc.

5 RESULTADOS E CONCLUSÕES

Dada a necessidade de uma padronização, haja vista que a sustentabilidade tem se tornado cada vez mais o foco das organizações empresarias, o Conselho Federal de Contabilidade publicou a Norma Brasileira de Contabilidade - NBC T15, aprovada pela

Resolução nº 1.003/04, que trata sobre as Informações de Natureza Social e Ambiental. Mesmo com a publicação desta norma, muitas empresas de capital aberto, que são mais visíveis em relação a suas práticas, passaram a adotar como publicações de sustentabilidade os modelos IBASE, Ethos e GRI, mas, por vezes não atendendo as especificações da resolução. A presente pesquisa analisou frente à resolução os demonstrativos disponíveis das oito empresas delimitadas, observando a divergência de informações, dentro de cada especificidade, constatando falhas que prejudicam a interpretação dos interessados.

Conhecidos em profundidade os pressupostos teóricos relativos ao tema Sustentabilidade e Resolução CFC nº 1.003/04 – NBC T15, verificou-se que embora as normas de contabilidade estejam em processo de convergência às normas internacionais, como apresentado na justificativa, a contribuição do presente estudo trata-se produzir maior publicidade da norma, em vigência desde o ano de 2006, há 11 anos. A adoção de modelos específicos como o GRI e Ethos não afasta a observância da NBC T 15, que é fundamental. Itens como a Demonstração do Valor Adicionado, que tem publicação obrigatória no Brasil, conforme a lei nº 11.638/07, que entrou em vigor no ano de 2008, apresenta dados essenciais para um Relatório de Sustentabilidade.

Ao analisar os relatórios de sustentabilidade das empresas de capital aberto do estado do Rio Grande do Sul, segmentadas no Nível 1 e 2 de Governança Corporativa, da BM&FBOVESPA, constatou-se que das oito empresas, seis utilizam o modelo GRI e duas utilizam um modelo próprio.

Após confrontar os relatórios com as determinações da Resolução CFC nº 1.003/04 – NBC T15, verificou-se que apenas os demonstrativos das empresas CEEE D e CEEE GT estão de acordo, em maior parte, com a norma, não atendendo aos requisitos estabelecidos o Banrisul, a FRAS-LE S.A. e Rondon S.A. Implementos e Participações, a Metalúrgica Gerdau S.A., a Forjas Taurus S.A. e a Marcopolo S.A, conforme quadro 4. Dentre outras observações feitas durante a análise, a de maior relevância refere-se ao fato de que mesmo não havendo a incidência de algum item, é de fundamental importância apresentá-los como “nenhum”, “zero” ou “não ocorrido”, de forma padrão, para que não fique caracterizado como omissão de informações.

Instituição	Suficiente	Parcial	Insuficiente
Banco do Estado do Rio Grande do Sul			X
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica	X		
Companhia Estadual de Geração e Transmissão e Energia Elétrica	X		
FRAS-LE S.A. e Rondon S.A. Implementos e Participações		X	
Metalúrgica Gerdau S.A.			X
Forjas Taurus S.A.			X
Marcopolo S.A.			X

Quadro 4: Classificação das análises

Fonte: Autor

Com o alcance dos objetivos da pesquisa a problemática, **“Os relatórios de sustentabilidade das empresas de capital aberto do estado do Rio Grande do Sul, segmentadas no Nível 1 e 2 de Governança Corporativa, da BM&FBOVESPA, estão de acordo com as determinações da Resolução CFC nº 1.003/04 – NBC T15?”**, verificou-se

que apenas duas das oito empresas delimitadas tem os seus relatórios de sustentabilidade de acordo com a resolução.

Para fins de orientação da elaboração do demonstrativo conforme a NBC T 15, o guia, apresentado a seguir no quadro 5, foi confeccionado em modelo de *checklist*, permitindo que sejam contemplados todos os itens necessários, baseado na norma e nas análises feitas durante a pesquisa. Também foram feitas algumas observações, que são consideradas relevantes. As informações depois de reunidas devem ser contempladas em duas etapas, inicialmente identificando se a entidade às possui ou não, assinalando devidamente no quadro respectivo e, posteriormente, assim que forem incluídas, no quadro “Incluído”.

Informações	Possui	Não Possui	Incluído
1. Geração e Distribuição de Riqueza (DVA completa)			
2. Remuneração e Benefícios			
2.1. Remuneração bruta por empregados, administradores, terceirizados e autônomos			
2.2. Relação entre a maior e a menor remuneração de empregados e administradores			
2.3. Gastos com encargos sociais			
2.4. Gastos com alimentação			
2.5. Gastos com transporte			
2.5. Gastos com previdência privada			
2.6. Gastos com saúde			
2.7. Gastos com segurança e medicina do trabalho			
2.8. Gastos com educação (exceto ambiental)			
2.9. Gastos com cultura			
2.10. Gastos com capacitação e desenvolvimento profissional			
2.11. Gastos com creches ou auxílio-creches			
2.12. Participações nos lucros ou resultados			
3. Composição dos recursos humanos			
3.1. Total de empregados			
3.2. Total de admissões			
3.3. Total de demissões			
3.4. Total de estagiários			
3.5. Total de empregados portadores de necessidades especiais			
3.6. Total de prestadores de serviço terceirizados			
3.7. Total de empregados por sexo			
3.8. Total de empregados por faixa etária, nos intervalos, menor de 18 anos, de 18 a 35 anos, de 36 a 60 anos e acima de 60 anos			
3.9. Total de empregados por nível de escolaridade, analfabetos, com ensino fundamental, ensino médio, ensino técnico, ensino superior e pós-graduados			
3.10. Percentual de ocupantes de cargo de chefia por sexo			
4. Ações trabalhistas movidas pelos empregados contra a entidade			
4.1. Número de processos movidos contra a entidade			
4.2. Número de processos trabalhistas julgados procedentes			
4.3. Número de processos trabalhistas julgados improcedentes			

4.4. Valor total das indenizações e multas pagas por determinação da justiça			
--	--	--	--

Continua.

Continuação.

5. Interação da entidade com o ambiente externo			
5.1. Total de investimento em educação (não ambiental)			
5.2. Total de investimento em cultura			
5.3. Total de investimento em saúde e saneamento			
5.4. Total de investimento em esporte e lazer (não publicitário)			
5.5. Total de investimento em alimentação			
5.6. Número de reclamações recebidas diretamente na entidade (SAC – Ouvidoria – Outros meios)			
5.7. Número de reclamações recebidas por meio de órgãos de proteção e defesa do consumidor			
5.8. Número de reclamações recebidas por meio da Justiça			
5.9. Número de reclamações atendidas em cada instância			
5.10. Montante de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de defesa do consumidor ou pela Justiça			
5.11. Ações tomadas para sanar ou minimizar as causas de reclamações			
5.12. Critérios de responsabilidade social para seleção dos fornecedores			
6. Interação da entidade com o meio ambiente			
6.1. Manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente			
6.2. Preservação e/ou recuperação de ambientes degradados			
6.3. Educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade			
6.4. Educação ambiental para comunidade			
6.5. Outros projetos ambientais			
6.6. Processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade			
6.7. Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente			
6.8. Passivos e contingências ambientais			

Quadro 5: *Cheklis*t para Elaboração do Demonstrativo

Fonte: Autor

Por fim, apresentados os resultados da presente pesquisa, percebeu-se que o presente estudo evidenciou informações muito relevantes, como a de que a NBC T 15 também abrange as especificações dos modelos conceituados como GRI, ETHOS e IBASE, conforme as referências bibliográficas, sendo sua observação recomendada, mesmo não havendo a sua obrigatoriedade, tendo em vista todos apontamentos feitos no estudo.

REFERÊNCIAS

BANRISUL. *Relatórios de Sustentabilidade*. Disponível em: <

http://www.banrisul.com.br/bob/link/bobw30hn_balanco_social.aspx?secao_id=2413>

Acesso em 10 dez. 2016.

BAZANI, Camila Lima; LEAL, Edvalda Araujo. *Nível de Evidenciação das Informações Contábeis Ambientais e o Grau de Aderência aos Indicadores GRI: um estudo comparativo com empresas de três segmentos*. Revista de Administração e Negócios da Amazônia, v.6, n.2, mai./ago. 2014.

BM&FBOVESPA. *Segmentos de Listagem*. Disponível em: <

http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/listagem/acoes/segmentos-de-listagem/nivel-2/>

Acesso em 10 dez. 2016.

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. *Lei 1.282, de 28 de maio de 2010. Atualiza e consolida dispositivos da Resolução CFC n. 750/93, que dispõe sobre os Princípios de Contabilidade*. Brasília: 2010.

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. *Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Dispõe sobre alteração, revogação e estende às sociedades de grande porte disposições relativas a elaboração e divulgação de demonstrações financeiras*. Brasília: 2007.

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. *Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações*. Brasília: 1976.

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. *Resolução CFC n. 1.003 de 19 de agosto de 2004. Aprova a NBC T 15 que dispõe sobre as informações de natureza social e ambiental*. Brasília: 2004.

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. *Resolução CFC n. 750 de 29 de dezembro de 1993. Dispõe sobre os Princípios de Contabilidade*. Brasília: 1993.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. *Nosso Futuro Comum - Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento 1988*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

CEEE D. *Relatório de Sustentabilidade 2015*. Disponível em: <

http://186.219.192.42/download.aspx?cod_arquivo=1349&arquivo=2016_05_16_GRI_D.PDF> Acesso em 10 dez. 2016.

CEEE GT. *Relatório de Sustentabilidade 2015*. Disponível em: <

http://www.cee.com.br/PPortal/CEEE/Archives/Upload/Relatorio_Anual_de_Sustentabilidade_CEEE-GT_2015_65854.pdf> Acesso em 10 dez. 2016.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. *Pronunciamento Técnico CPC 09*.

Disponível em: <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/175_CPC_09.pdf> Acesso em 10 dez. 2016.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. *Pronunciamento Técnico CPC 25*. Disponível em: <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/304_CPC_25_rev%2006.pdf> Acesso em 10 dez. 2016.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. *Pronunciamento Técnico CPC 33*. Disponível em: <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/350_CPC_33_R1_rev%2008.pdf> Acesso em 10 dez. 2016.

CRCRS – Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul. *A importância dos preceitos de governança corporativa e de controle interno sobre a evolução e a internacionalização das Normas de Contabilidade e Auditoria*. Porto Alegre, fev. 2015.

CUSTÓDIO, Ana Lúcia de Melo; MOYA, Renato. *Guia para Elaboração de Balanço Social e Relatório de Sustentabilidade*. 2007

DE AVILA, CARLOS ALBERTO. *Gestão Contábil Para Contadores e Não Contadores*. Editora Ibplex, 2006.

DE SOUZA, Pedro Bastos. *Segmentos de Listagem da BM&F BOVESPA: governança corporativa e cumprimento da responsabilidade social da empresa*. Temiminós Revista Científica, v. 6, n. 1, p. 6-21, 2016.

FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa. *Contabilidade ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável*. In: *Contabilidade ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FORJAS TAURUS. *Relatório de Sustentabilidade 2012*. Disponível em: <<http://www.taurusri.com.br/Download.aspx?Arquivo=7Kvd26jF8kq08tP8iv4laA==>> Acesso em 10 dez. 2016.

FURASTÉ, Pedro A. *Normas Técnicas para o trabalho científico: Explicitação das normas da ABNT*. 15. ed. Porto Alegre: Dáctilo-Plus, 2011.

GERDAU. *Relatório de Sustentabilidade*. Disponível em: <<http://gerdau.infoinvest.com.br/ptb/5382/2012RelatorioAnualCompleto.pdf>> Acesso em 10 dez. 2016.

GIL, Antonio Carlos. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GLOBAL REPORTING INICIATIVE (GRI). *G4 - Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade*. 2015.

GODOY, M. et al. *Balanço Social: Convergências e divergências entre os modelos do IBASE, GRI e Instituto ETHOS*. In: *I Congresso UFSC de Controladoria e Finanças*. 2007. p. 25-29.

LIMA, Gustavo Barbieri et al. *Marketing verde e gestão ambiental nas organizações: um estudo teórico-conceitual*. FACEF Pesquisa-Desenvolvimento e Gestão, v. 18, n. 1, 2015.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia Científica*. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARCOPOLO. *Relatório de Sustentabilidade 2014*. Disponível em: <
<http://ri.marcopolo.com.br/ptb/2698/GRI%20PORTUGUES.pdf>> Acesso em 10 dez. 2016.

MATTOS, Aliomar Lino; SILVA, Iris Bento da; ZATTA, Fernando Nascimento; GONZALEZ, Inayara V. D. Pedroso. *Balanço Social: sua contribuição para as instituições financeiras*. VIII Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. Associação Educacional Dom Bosco. Resende, RJ, 19-21 out. 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 31 ed. Editora Vozes, 2012.

PEREIRA, Neimar Sousa Pinto et al. *Relatórios de Sustentabilidade: Ferramenta de Interface no Desempenho Social, Econômico e Ambiental das Organizações*. RAGC, v. 3, n. 5, 2015.

RAMOS, Paulo; RAMOS, Magda Maria; BUSNELLO, Saul José. *Manual Prático de Metodologia da Pesquisa*. Ed Acadêmica, 2003.

REIS, Arnaldo Carlos de Rezende. *Demonstrações Contábeis – Estrutura e Análise*. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

RONDON. *Relatório de Sustentabilidade*. Disponível em: <
http://www.suspensys.com.br/Content/Pdf/relatorio_sustentabilidade_2012.pdf> Acesso em 10 dez. 2016.

SILVEIRA, Alexandre Di Miceli da. *Governança corporativa, desempenho e valor da empresa no Brasil*. 2002. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. *Balanço social e o relatório da sustentabilidade*. São Paulo: Atlas SA, 2010.

TRIBESS-ONO, Fabiane Zoraia; PANUCCI-FILHO, Laurindo. *Relatórios de Adesão e de Divulgação das Informações de Natureza Social e Ambiental por Empresas Brasileiras*. Biblionline, v. 9, n. 1, 2013.